

## V SEMINÁRIO PLATAFORMAS LOGÍSTICAS IBÉRICAS

*Cumprimentos e boas vindas...*

Quero em primeiro lugar felicitar a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, na pessoa do seu Presidente, Dr. Carlos Gouveia Lopes, pela oportuna iniciativa da organização de mais uma edição deste Seminário.

Quero também, em nome da Câmara Municipal de Setúbal, agradecer o convite para participar nesta reflexão, cuja temática consideramos estratégica para o desenvolvimento do País e, em particular, da nossa região e do Concelho de Setúbal.

Esta reflexão ambiciosa centrada na necessidade de acrescentar novos serviços logístico-portuários, coincide com a eventual retracção dos investimentos públicos perspectivados para a Península de Setúbal. Efectivamente a Câmara Municipal de Setúbal acompanha com enorme preocupação a possibilidade de não se concretizarem a curto prazo investimentos estratégicos para o desenvolvimento económico da região e do País, como é o caso da Rede Ferroviária de Alta Velocidade, da Terceira Travessia do Tejo e do Novo Aeroporto de Lisboa.

Tenho a certeza que os agentes económicos e os investidores também vêm com preocupação o adiamento destes investimentos indispensáveis para o relançamento da nossa economia.

Temos perfeita consciência que, em termos globais, a Área Metropolitana de Lisboa dispõe de uma excelente oportunidade para ocupar um lugar central no reordenamento da rede logística e dos fluxos de transporte nacionais, articulando a actividade portuária e ferroviária e fomentando a intermodalidade, expandindo o alcance da actual área de influência. Em termos de posicionamento competitivo regional, podem ser criadas condições para atracção do investimento industrial e contribuir para o desenvolvimento mais harmonioso do território nacional, ao mesmo tempo que os portos marítimos se posicionam como portas de entrada e de saída privilegiadas na direcção do Atlântico, suportando o comércio externo nacional e europeu.

Sabemos que o concelho de Setúbal é mais especializado que a média da península num conjunto vasto e diversificado de ramos de actividade, desde a agricultura, silvicultura, pecuária e pesca até às actividades financeiras e de serviços prestados às empresas. De entre eles tem forte impacto a indústria transformadora, nomeadamente a fabricação de material de transporte, a fabricação de pasta de papel, a indústria metalúrgica de base, o fabrico de outros minerais não metálicos e a indústria alimentar, de bebidas e tabaco.

Para além disso, Setúbal apresenta vantagens comparativas relevantes nas infra-estruturas de transporte, sustentadas fundamentalmente na presença de um porto comercial, dotado de vários terminais especializados e de boas acessibilidades marítimas, líder na movimentação de carga fraccionada e no tráfego Roll-on/Roll-off (veículos), apresentando algum potencial de desenvolvimento a curto/médio prazo na movimentação de contentores.

Podemos pois afirmar que o Porto de Setúbal, por todas as potencialidades que possui, constitui um dos mais importantes factores de desenvolvimento da base económica do nosso Concelho. Para além disso é um factor chave de estruturação do território concelhio, na medida em que constitui uma porta de conexão da Península e sobretudo do concelho e da cidade de Setúbal com o exterior.

Mas, como eu nunca me canso de repetir, se o desenvolvimento social e económico do Concelho de Setúbal depende em grande medida do desenvolvimento da sua Plataforma Portuária e Logística, o contrário também é verdade, isto é, para o sucesso da estratégia definida pelo Porto é incontornável a importância e o contributo da qualificação da cidade de Setúbal e da sua organização territorial.

Nesse sentido é imperioso aprofundar o nosso trabalho em conjunto, partilhando estratégias e potenciando sinergias. Em ocasiões anteriores a Câmara Municipal de Setúbal partilhou a **Visão Estratégica** que tem para o Concelho e que constitui a base para a estratégia de desenvolvimento do município, e o modelo de organização espacial da **revisão do Plano Director Municipal**.

Esta Visão tem como ambição a **liderança e influência do município na Península de Setúbal assim como em parte do Alentejo, onde se destaca o porto, a função industrial/logística, a função turística e a função de pólo de nível superior**.

Para dar resposta à Visão Estratégica e orientar os objectivos gerais estabeleceram-se diversos eixos de desenvolvimento estratégico, entre os quais destaco o eixo - **Setúbal, Plataforma Portuária, Logística e Empresarial**, que assenta em dois objectivos fundamentais. Por um lado, a consolidação e reforço da actividade do Porto de Setúbal, por outro, a diversificação da base económica. No plano económico, estes dois objectivos concorrem em grande parte para a criação de condições propícias à geração de emprego, tirando partido quer das sinergias derivadas dos investimentos previstos para a Península de Setúbal e para Tróia, como das possibilidades derivadas do actual crescimento de fileiras específicas como é o caso do papel, e de fileiras emergentes como as derivadas do cluster do mar e do ambiente.

Aqui quero destacar a nossa aposta na criação de um **Parque de Ciência e Tecnologia**, que tem como objectivo promover Setúbal como um espaço económico inovador, criativo e competitivo, apoiado na tradição empreendedora da estrutura empresarial e nas competências científicas e tecnológicas da rede de instituições de investigação e desenvolvimento, promovendo emprego qualificado em empresas dinâmicas e sustentáveis, predominantemente de base tecnológica, com capacidade para produzir produtos e serviços de elevado valor acrescentado para os mercados nacional e internacional.

Este Parque deverá ser desenvolvido em articulação com o Instituto Politécnico de Setúbal e com outras Instituições de Ensino Superior e visa a transferência de competências e de conhecimento para as empresas locais e regionais.

Outra área em que a Câmara de Setúbal e a Administração do Porto de Setúbal têm de articular esforços prende-se com a organização e gestão do território.

Nesse sentido quero deixar hoje aqui, para reflexão, algumas pistas sobre o conceito de **Programa de Acção Territorial – PAT**.

Estes programas estão previstos desde 1998 na Lei de Bases de Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo, a qual os define como instrumentos que enquadram a *“coordenação das actuações das entidades públicas e privadas interessadas na definição da política de ordenamento do território e de urbanismo e na execução dos instrumentos de planeamento territorial”*.

Em 2007 o Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território – PNPOT, refere-se aos PAT como instrumentos contratuais com virtualidades no domínio da colaboração entre entidades públicas e privadas, que pressupõem a coordenação das actuações dos diferentes agentes em áreas complexas.

Se nos detivermos sobre as características da Frente Ribeirinha de Setúbal facilmente podemos concluir que:

- É a área da cidade onde se concentra a maior multiplicidade de actividades (existentes e potenciais) – portuária, industrial, logística, pesca, transportes, habitação, lazer, turismo;
- É a área da cidade onde se concentram as actividades estratégicas determinantes para “*Reforçar a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e criar condições para a internacionalização da cidade*”;
- É seguramente a área da cidade mais carente de reestruturação e de reabilitação;
- Finalmente é a área da cidade de maior complexidade ao nível da sua administração, gestão, compatibilização e articulação de programas de ocupação.

Com estes pressupostos não basta redefinir a linha de separação da administração portuária e autárquica (previsto em legislação recente) e clarificar os seus programas de ocupação, mas antes **abordar de forma integrada a compatibilização e a articulação do desenvolvimento portuário e industrial com o desenvolvimento turístico e a náutica de recreio, com a reabilitação urbana e com a organização das infra-estruturas de transportes.**

Deverá, a meu ver, ser delimitada uma unidade de execução, de Albarquel à Mitrena, enquadrada por um Programa de Acção Territorial que coordene as actuações das diversas entidades públicas e privadas com interesses ou jurisdição nesta área.

Quero finalmente expressar o meu desejo de que este Seminário atinja os objectivos a que se propõe e reiterar o interesse e a disponibilidade da Câmara Municipal de Setúbal em participar activamente, na medida das suas competências, na indispensável cooperação entre as diversas entidades e parceiros económicos, tendo como objectivo comum o desenvolvimento económico e social, o progresso e a competitividade do nosso concelho e da nossa região.

Maria das Dores Meira